



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E
REDAÇÃO FINAL

I - RELATÓRIO

Trata-se de Indicação nº 173/2021 apresentada pelo Vereador Cleverson Hernandes Maia, sob o protocolo 990/2021, que pretende a “Indica ao senhor prefeito que seja criando no município de Marataízes, o centro de atenção psicossocial (CAPS), disponibilizando todos os recursos materiais e humanos para o seu adequado funcionamento”, e Indicação nº 174/2021 apresentada pelo Vereador Cleverson Hernandes Maia, sob o protocolo 992/2021, que pretende que “Indica ao senhor Prefeito que sejam instalados refletores no espaço destinado para prática de vôlei de praia, na praia da Barra do Itapemirim”, e Indicação nº 176/2021 apresentada pelo Vereador Silas Ferreira da Silva, sob o protocolo 1010/2021, que pretende que “Indica a implantação de iluminação da praça da comunidade de jacarandá” e Indicação nº 177/2021 apresentada pelo Vereador Silas Ferreira da Silva, sob o protocolo 101/2021, que pretende que “Indica a instalação de lixeiras de material reciclado em toda cidade e também no interior do município” e Indicação nº 175/2021 apresentada pelo Vereador Silas Ferreira da Silva, sob o protocolo 1008/2021, que pretende que “Indico que seja Pavimentada a Rua Venceslau Tinoco Serafim em Lagoa Funda”.

Vieram os autos para análise e parecer dessa comissão.

É relatório.

II - PARECER DOS RELATORES

Conforme a melhor técnica legislativa pautada pelo Senado Federal, cuja inteligência é congruente aos mandamentos técnicos do Regim dessa Casa, em especial aos seus artigos 150 a 152 e 199, Parágrafo único,





Indicação é o instrumento legislativo aprovado em Plenário cuja finalidade é a de sugerir que outro órgão tome as providências que lhe sejam próprias¹.

Desse modo, os textos emanados pelas Indicações alhures, *lato sensu*, amparam-se no inciso XII do art. 150 do Regim, e, preliminarmente, não afrontam os incisos do art. 152 do mesmo dispositivo legal.

Pari passu, as peças estão subscritas, cada uma, por 01 (um) vereador, haja vista tratarem-se de documentos dirigidos à esfera municipal, em atendimento ao Parágrafo único do art. 199 do Regim.

Com as informações aduzidas, devolvam-se os presentes autos **PARA REGULAR TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA**, reiterando que as Indicações, haja vista disposto no art. 217, *caput*, do Regim, necessitam ser aprovadas, em Plenário, por maioria dos votos, presente, no mínimo, a maioria absoluta dos Vereadores.

É o parecer do vereador **Rogério Viana Alves** Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final.

III - VOTO DA COMISSÃO

O Vereador **André Luiz Silva Teixeira**, membro da Comissão de Constituição e Justiça, acompanha o voto do Relator e vota pela regular tramitação legislativa da matéria.

O Vereador **Isaque Gomes Serafim**, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, acompanha o voto do Relator e vota pela regular tramitação legislativa da matéria.

IV - DECISÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação Final, por unanimidade dos presentes, opinam pela constitucionalidade e pelo normal prosseguimento legislativo, devendo ir a Plenário para discussão e votação.


Rogério Viana Alves

¹ MACHADO, Luis Fernando Pires. Modelos de Indicações. Interlegis. Senado Federal. DOU de 10 de dezembro de 2008. Brasília-DF.



Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final

Isaque Gomes Serafim

Isaque Gomes Serafim

Vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final

André Luiz Silva Teixeira

André Luiz Silva Teixeira

Membro da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação Final





Autenticar documento em <http://www3.cmmarataizes.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 36003000360031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.